



Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
Secretaria Executiva de Assistência Social
Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente
Fundação Apolônio Salles



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



**UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO**

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL



CURSO

HISTÓRIAS DE VIDA

Facilitadores: Antonio L. Marques e Márcio Rubens de Oliveira



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





O Curso

Respeito à história e o direito à verdade são a base para o trabalho com crianças e adolescentes que estão em serviços de acolhimento. As Orientações Técnicas Para o Acolhimento de Crianças e Adolescentes informa que cada acolhido deve ter a oportunidade de organizar um livro de sua história de vida que reúna informações, fotografias e lembranças referentes a cada fase de sua vida, ao qual poderão ter acesso ao longo do ciclo vital. Esse trabalho promove um sentido de identidade própria na visitação de sua história, na sua construção e reconstrução, o que constitui um direito ao acesso e preservação de sua história.



Objetivo Geral

Oferecer à criança e aos adolescentes experiências reparadoras a partir da escuta atenta e afetiva das angústias e dúvidas que eles têm. Valorizar suas recordações, saudades e hábitos



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

 **PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL



Previsibilidade e constância: a provisoriedade da medida de acolhimento institucional não justifica a organização precária do cotidiano. Para a criança e ao adolescente qualquer tempo que permaneçam no serviço será uma experiência significativa.



A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

 **PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL



Infância ou infâncias?

- Como se construíram múltiplas infâncias no território brasileiro?
- O ideal de Infância: a infância universal (adultocentrismo)
- O lugar social da criança/adolescente
- Arquétipos infantis: a criança problema, a infância desamparada ou desvalida



A INFÂNCIA NO BRASIL

A noção de infância é historicamente localizada. Há outros modos de ser criança e de ser adolescente.



A infância no Brasil enquanto uma grande esperança (Mary Del Priori)

Taxas de mortalidade alta em detrimento de ausência de rede hospitalar e saneamento das cidades coloniais, ocasionando em muitas mortes, com elevada perda de crianças e adolescentes.

Sem crescimento a criança era tida por miúdo ou ingênuo, uma vez que acreditavam que até a primeira comunhão a alma não estaria sujeita ao inferno e suas consequências negativas. Assim, **após a primeira comunhão a criança entra na vida comunitária e assume uma função ou lugar no social.**



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





- A criança era drenada para dentro do mundo do trabalho e, a depender sua condição social poderia ter acesso a algo que poderia ser chamado de infância, mas não para todas.
- Caso a criança fosse filha de escreva estaria condenada a participar do trabalho de sobrevivência, acompanhando suas mães no labor do campo ainda muito cedo. Ex.:

A criança que acompanha a mãe no trabalho do campo, o Miguel que acompanha a mãe Mirtes à casa dos patrões.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



- Não haveria uma infância ou sua valorização
- Em alguns casos senhores de engenho pagavam para que suas crianças, filhas de escravas, recebessem instrução para aprender um ofício. Podendo solicitar ressarcimento pelos gastos (**as crianças objetos e não sujeitos**)



O QUE PODEMOS ENCONTRAR NO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO?

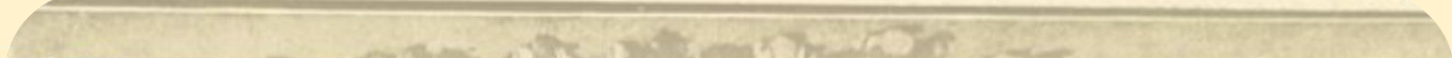
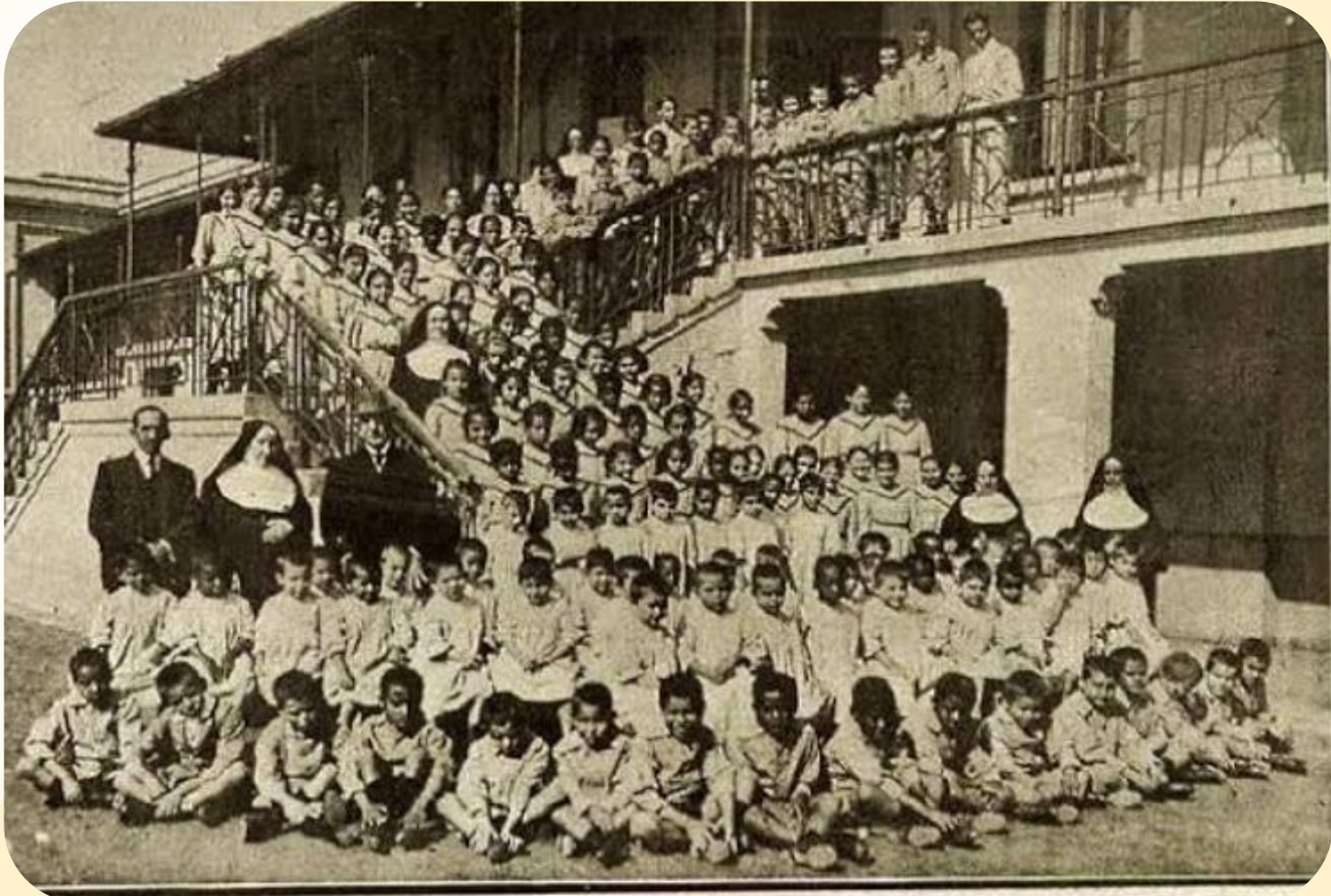
- Modelo asilar de assistência à infância pobre.
- Tipos de instituições criadas segundo o número de internos, finalidades, funcionamento e dinâmica institucional.



- O Brasil possui uma longa tradição de internação de crianças e jovens em instituições asilares. Muitos filhos de famílias ricas e dos setores pauperizados da sociedade passaram pela **experiência de serem educados longe de suas famílias e comunidades.**
- Essas ações pautavam-se nas iniciativas educacionais entrelaçadas com os objetivos de assistência e controle social de uma população



- Os menores passam a ser alvo específico da intervenção formadora/reformadora do Estado e de outros setores da sociedade, como as instituições religiosas e filantrópicas.
- O recolhimento de crianças às instituições de reclusão foi o principal instrumento de assistência à infância no país.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

 **PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL



As instituições atendiam a grupos diversificados, de acordo com as prescrições de gênero, mas consideravam ainda as especificidades étnicas. Meninos e meninas índios ou filhos de escravas e libertas passaram por asilos, casas de educandos, institutos e colégios. Entretanto, os meninos pobres e livres das cidades constituíram o grande alvo da intervenção das políticas de internação.

OBS: Crianças mais desvalidas foram trazidas nos navios de Portugal para o Brasil ainda no período colonial, eram nativas, órfãs, judias, podres, ciganas, passageiras, negras escravas.



A Casa dos Expostos (1726 – 1950)

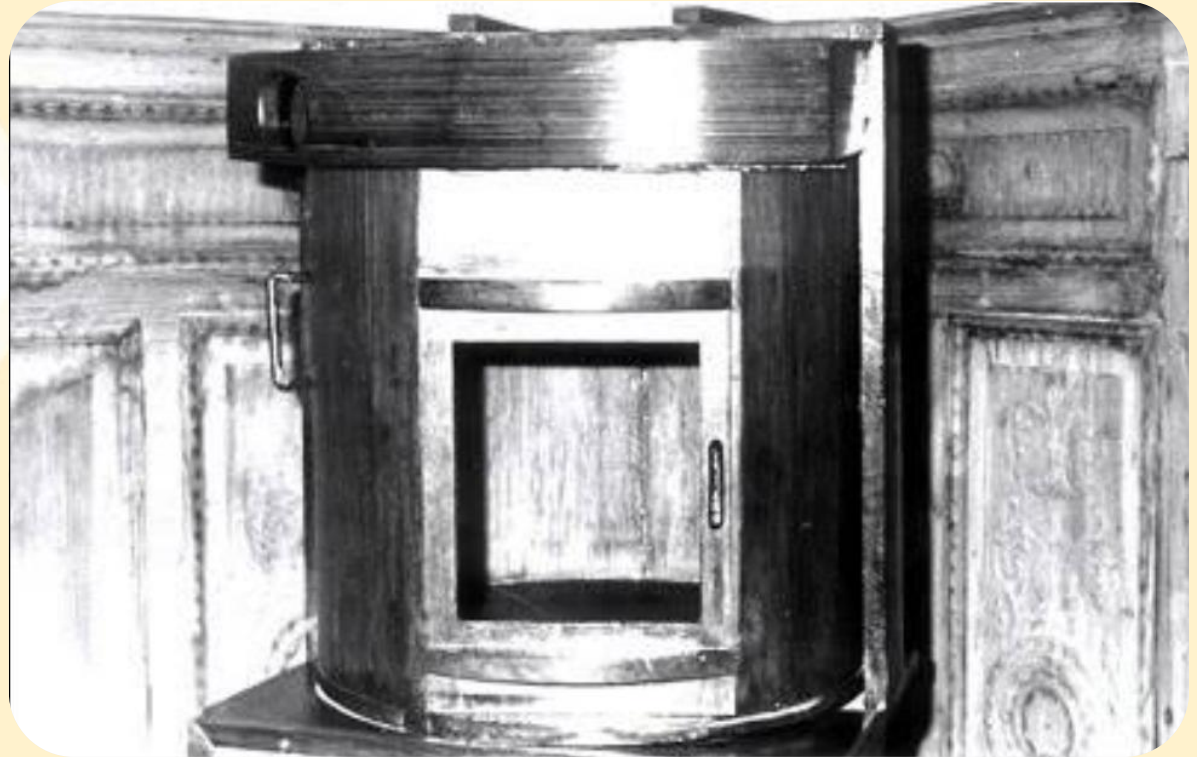
- A criação das Rodas de Expostos evitou que bebês fossem abandonados nas ruas e nas portas das igrejas por mães que buscavam ocultar a desonra de gerar um filho ilegítimo, ou que não tinham condições de criá-lo.
- A escravidão possibilitou um uso bastante particular do sistema no Brasil: a exposição de filhos de escravas, cujos senhores buscavam receber o pagamento pela sua criação ou quem os criassem, indo posteriormente buscar o pequeno escravo em idade que pudesse ser iniciado nas atividades laborais.



- As primeiras instituições para educação de órfãos e órfãs datam do século XVIII. Praticado por religiosos, o funcionamento das instituições seguia o modelo do claustro e da vida religiosa e o restrito contato com o mundo exterior.
- No século XIX – o chamado “século das luzes”, que, por influência do ideário da Revolução Francesa. Questiona-se o domínio do ensino religioso em detrimento do ensino “útil a si e à Pátria”. transmissão dos preceitos morais, dos bons hábitos e das noções de ordem e hierarquia



**Dispositivo utilizado
para recolher as
crianças para dentro
das Casa dos
Expostos**



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



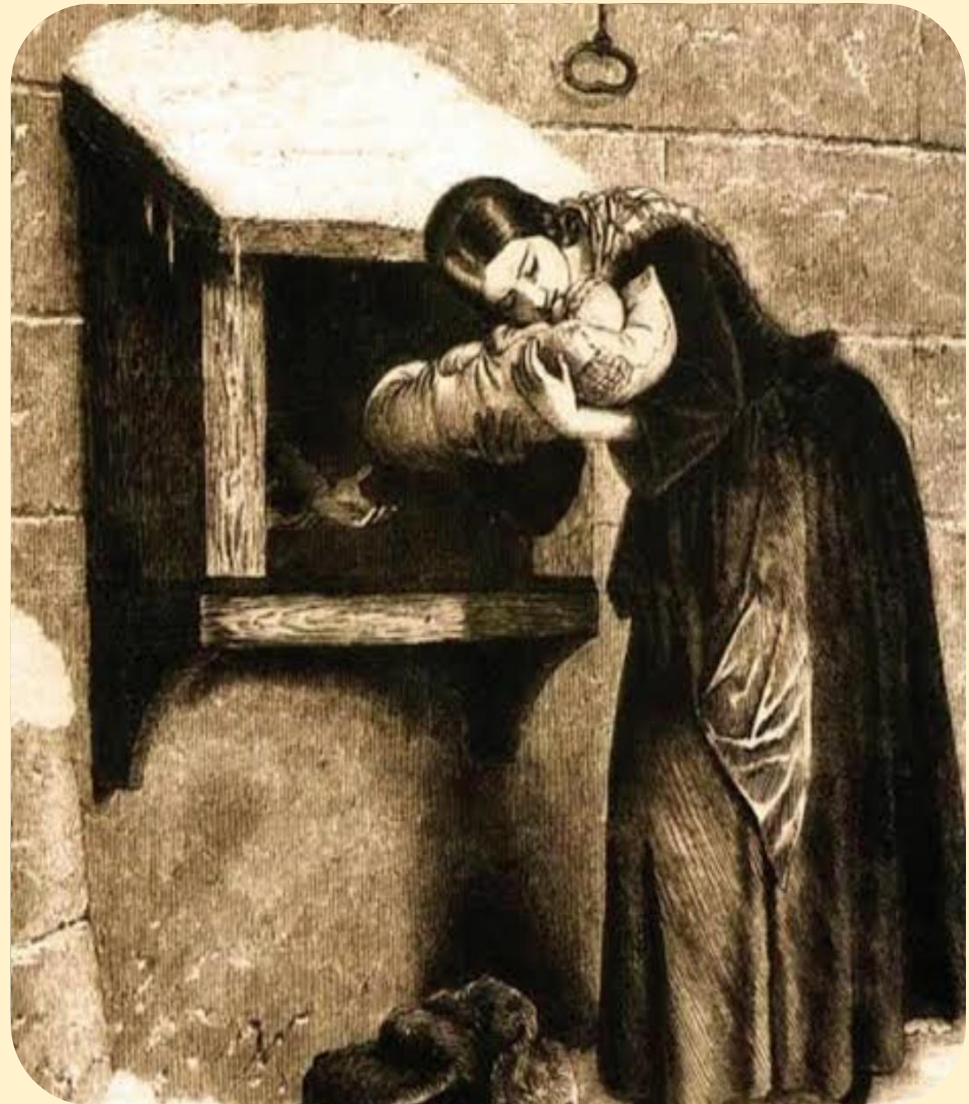
GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

 **PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL



Ilustração de uma mulher entregando uma criança no dispositivo de Roda à Casa de Misericórdia.





Berçário de uma das Casas dos Expostos



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

 **PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL



ALGUNS DOS MODELOS:

1. Casas de Educandos Artífices, onde meninos pobres recebiam instrução primária, musical e religiosa, além do aprendizado de ofícios mecânicos
2. Companhias de Aprendizes Marinheiros, que eram escolas do tipo internato, são experiências interessantes para este estudo, pois geralmente recebiam meninos recolhidos nas ruas pelas polícias das capitais brasileiras.
3. As meninas órfãs e desvalidas dos séculos XVIII e XIX podiam contar com a proteção dos recolhimentos femininos, criados por religiosos. Os recolhimentos para órfãs no Brasil são tão antigos quanto as Casas de Expostos.



Estes espaços eram voltados para a proteção e educação de órfãos pobres (de ambos os pais ou somente de pai, o que já definia a condição de orfandade), filhas de legítimo casamento. O asilo substituiu a tutela do pai, oferecendo os meios necessários para as futuras mães de família reproduzirem o seu lugar na sociedade.

Além da distinção do recolhimento de meninas, entre estas, também se fazia uma segregação:

- Meninas indígenas
- Meninas *indigentes*, as filhas naturais de mães pobres ou órfãs *desvalidas*.
- “Meninas de cor”



- “órfãs brancas”: formação religiosa, moral e prática de boas empregadas domésticas e donas-de-casa. Há indícios de que o destino mais comum era o de que fossem criadas em casas de famílias, nem sempre contando com o pagamento pelo seu trabalho.
- “meninas de cor”: formação de empregadas domésticas e semelhantes.

Até meados do século XX, O controle sobre a sexualidade feminina foi intensamente exercido nos asilos de meninas.



Asilo de menores abandonados do Rio de Janeiro de 1907



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





Os filhos de escravas, os ingênuos (aqueles nascidos livres com a Lei do Ventre Livre, de 1871) e as crianças indígenas não foram alvos privilegiados das intervenções das instituições religiosas, privadas ou governamentais, no Império brasileiro.

Os colégios indígenas do período imperial resultaram de iniciativas pessoais de seus instituidores, não constituindo uma política social de assistência e educação deste grupo.



A especialização dos serviços: justiça e assistência no período republicano

Se a grande questão do Império brasileiro repousou na ilustração do povo, sob a perspectiva da formação da força de trabalho, da colonização do país e da contenção das massas desvalidas, no período republicano a tônica centrou-se na identificação e no estudo das categorias necessitadas de proteção e reforma, visando ao melhor aparelhamento institucional capaz de “salvar” a infância brasileira no século XX.



A ampla categoria de *menor abandonado*, definida tanto pela ausência dos pais quanto pela incapacidade da família de oferecer condições apropriadas de vida à sua prole. Trata-se de um período de forte presença do Estado no planejamento e na implementação das políticas de atendimento ao *menor*.

A movimentação em torno da elaboração de leis para a proteção e assistência à infância também é intensa, culminando na criação, no Rio de Janeiro, do primeiro Juízo de Menores do país e na aprovação do Código de Menores em 1927.

O juízo tinha diversas funções relativas à vigilância, regulamentação e intervenção direta sobre esta parcela da população, mas é a internação de *menores abandonados* e *delinqüentes* que atraiu a atenção da imprensa. A idéia era a recuperação do *menor delinqüente*.



O juízo tinha diversas funções relativas à vigilância, regulamentação e intervenção direta sobre esta parcela da população, mas é a internação de *menores abandonados e delinqüentes* que atraiu a atenção da imprensa. A ideia era a recuperação do *menor delinqüente*.



- Com a instauração da justiça de menores, foi incorporado à assistência o espírito científico da época, pelo minucioso inquérito médico-psicológico e social do *menor* (relativos à psiquiatria, à psicologia, às ciências sociais, à medicina higienista).
- O SAM (Serviço de Atendimento ao Menor) foi instalado pelo governo ditatorial de Getúlio Vargas, em 1941. espaços de recolhimento, estudos e de submissão a um poder que não se pretendia ver contestado sob hipótese alguma.



**SAM – Dormitório
datado de 1964**



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

 **PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL



1964,

Surge a FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor), instalada no primeiro ano da “revolução” de 31 de março, a qual instaurou uma ditadura militar que perduraria por 20 anos no Brasil.

As propostas que surgem para a instauração de um novo órgão nacional centram-se na autonomia financeira e administrativa da instituição e na rejeição aos “depósitos de menores”, nos quais se transformaram os internatos para crianças e adolescentes das camadas populares.



“O que fazer com a “doutrina de internamento” implantada pelo SAM, fomentada pelos antigos Juizados de Menores e estimulada pelos pais desejosos de se verem livres da obrigação de criar seus filhos?”

Mário Altenfelder, primeiro presidente da Fundação.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



Crianças eram treinadas a formar filas para o exercício das atividades cotidianas



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



- A “segurança nacional” tornou-se o sustentáculo ideológico do novo órgão de proteção aos *menores*. que resgatara a defesa nacional contra a ameaça comunista, vislumbrada pela ditadura Vargas. A tônica era a da valorização da vida familiar e da “integração do menor na comunidade”.
- Busca o emprego de “estratégia única” para solucionar problemas específicos da comunidade local. Uma estratégia única para o equacionamento da marginalização da infância em todo o território nacional”.



- O que ocorreu a despeito da política explícita da não internação, o grande modelo difundido no período foi o do internato de *menores*, ou os “internatos-prisão”? A antiga prática do recolhimento de crianças das ruas foi intensificada.

OBS: Arthur Rios apresenta dados que deixam margem para dúvidas quanto aos resultados da aplicação da PNBEM. Citando artigo do *Jornal do Comércio* de 10/8/1973, ele informa o leitor que a FUNABEM internou na Guanabara mais de 10.390 menores, sendo, 3.155 vindos do Estado do Rio; 1.381 do centro da Guanabara; 4.358 dos bairros e 896 de Minas Gerais e São Paulo. Menos de 5% eram infratores (417) e pouco mais de 10% eram abandonados (1.544)”.



Por que isso ocorria?

1. Crianças nas ruas, em tempos de “segurança nacional”, constituem fator politicamente incômodo
2. O governo adotou o exílio para o interior dos *menores* da capital, agravando a “problemática da internação”, ao afastar o *menor* da família, já que o maior percentual dos internados era procedente da capital.
3. Revelam uma política deliberada de não só “limpar” as ruas da cidade dos elementos indesejáveis, mas de punição, pelo afastamento da família e de desarticulação, ao retirá-los de seu meio social.



Os questionamentos sobre as práticas de internação de crianças nos anos 1980

O período de ditadura militar colocava a reclusão como medida repressiva a todo e qualquer sujeito, que ameaçasse a ordem e as instituições oficiais.

O silêncio e a censura eram poderosos aliados oficiais no sentido de manter a política de internação, nas piores condições que fossem, longe dos olhos e ouvidos da população



No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, passam a ser perceptíveis as inquietações em relação à eficácia deste tipo de medida. Este momento histórico de transição política rumo ao processo de redemocratização do país



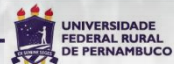
- (a) a presença de movimentos sociais organizados, que reinauguraram a possibilidade de manifestação e participação popular no período pós-ditadura;
- (b) o despontar, a partir dos primeiros anos da década de 1980, de diversos estudos que ressaltavam as consequências da institucionalização sobre o desenvolvimento das crianças e adolescentes e os elevados custos para a manutenção dos internatos
- (c) o interesse de profissionais de diversas áreas do conhecimento para atuação neste campo também contribuiu para o aprofundamento da reflexão e da produção sobre a questão;
- (d) os protestos dos meninos e meninas internados, expressos nas rebeliões e nas denúncias veiculadas pela imprensa e por depoimentos publicados em diversos livros
- (e) a inclusão do artigo 227, sobre os direitos da criança, na Constituição Federal de 1988.



Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (1985)



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA





- Foco deveria recair sobre as causas estruturais ligadas às raízes históricas do processo de desenvolvimento político-econômico do país, tais como a má distribuição de renda e a desigualdade social.
- Perspectivas de desenvolvimento da criança
- não deveria ser afastada da família e de sua comunidade.
- O processo de redemocratização do país dos anos 1980 possibilitou que setores organizados da sociedade e os próprios internos questionassem esta modalidade de assistência
- O surgimento de vários movimentos em defesa da criança, através da crescente atuação das organizações não-governamentais, contribuiu para o início de um processo de abertura das instituições para a comunidade.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





- Os anos 1990 foram marcados pelo esforço de implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Foram instituídas mudanças na lei em relação à questão da internação, dependendo da natureza da medida aplicada:
- O *abrigo*, como uma medida de caráter provisório e excepcional de proteção para crianças em situações consideradas de risco pessoal e social; e a *internação* de adolescentes em instituições, como uma medida sócio-educativa de privação de liberdade.



As entidades que desenvolvam programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios:

- I - preservação dos vínculos familiares;**
- II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;**
- III - atendimento personalizado e em pequenos grupos;**
- IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;**
- V – não desmembramento de grupos de irmãos;**
- VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;**
- VII - participação na vida da comunidade local;**
- VIII – preparação gradativa para o desligamento;**
- IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo.**



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



**UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO**

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente. Rizzini, I. Rio de Janeiro: PUC-Rio/São Paulo: Loyola, 2004.

Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes – Brasília, Junho de 2009



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
Secretaria Executiva de Assistência Social
Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente

www.sigas.pe.gov.br
E-mail: capacitasuas.pe@sdscj.pe.gov.br
Telefone: 81 3183 0715

Fundação Apolônio Salles
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

E-mail: capacitasuas.ufrpe@ufrpe.br



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



**UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO**

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL